



Ordenamento e Gestão Urbanística
town planning and management

www.famalicao.pt
camaramunicipal@famalicao.pt

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO
Praça Álvaro Marques
4764-502 V.N. de Famalicão
tel. +351 252 320 900
NIF 506 663 264

Autorização de Utilização

N.º 5 do artigo 4.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

Identificação do/a requerente

Nome: _____

N.º Identificação Civil: _____ Validade: _____ NIF: _____

Morada: _____ C. Postal: _____

Freguesia/União de Freguesias: _____

Telemóvel: _____ e-mail: _____

Autorizo a utilização dos contactos de telemóvel e e-mail acima referenciados para o envio de informações e notificações relativamente a este processo

Identificação do/a representante

Nome: _____

N.º Identificação Civil: _____ Validade: _____ NIF: _____

Morada: _____ C. Postal: _____

Freguesia/União de Freguesias: _____

Telemóvel: _____ e-mail: _____

Pretensão

Vem requerer a V. Exa., em conformidade com o estabelecido no art.º 62.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com atual redação, autorização de utilização para:

Prédio _____ Fração (ões) _____

Utilização pretendida:

Habitação	Edifício multifamiliar	Habitação de convivência	Anexos
Comércio	Serviços	Indústria	Armazém
Turismo	Edifício Agrícola/Pecuária	Outro _____	

Outros pedidos - Atividades

1. Empreendimento turísticos ao abrigo do Decreto-lei n.º 39/2008, de 7 de março, com atual redação.

Vem requerer a V. Exa. a autorização de utilização para fins turísticos, no prédio a seguir identificado, que titulará a instalação de:

Empreendimento de Turismo no Espaço Rural	Apartamento Turístico	Aldeamento turístico
Empreendimento de Turismo de Habitação	Conjuntos turísticos	Estabelecimento hoteleiro

Outro _____
Classificação pretendida: _____ Capacidade: _____
Nome do estabelecimento: _____

2. Outras atividades sujeitas a autorização de utilização específica:

Vem requerer a V. Exa. a autorização de utilização para _____

Identificação do processo

Processo: _____ Morada: _____
Freguesia/União de Freguesias _____ Prédio(s) descrito(s) na Conservatória
do Registo Predial sob o n.º _____ e inscrito(s) na matriz sob o(s) artigo(s): _____

Documentos instrutórios

O pedido vem instruído com os elementos abaixo indicados, em conformidade com o estabelecido na Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril:

Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de apresentação do pedido:

Certidão da Conservatória do Registo Predial atualizada (Este documento é válido por um período de 6 meses)

Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação

Certidão da Conservatória do Registo Comercial

Memória descritiva, elaborada nos termos do ponto 5 da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril

Ficha de elementos estatísticos previstos na Portaria n.º 235/2013, de 24 de julho - Q4

Telas finais, quando aplicável (inclui alterações ao projeto aprovado que não correspondam a obras sujeitas a controlo prévio e planta de implantação georreferenciada conforme previsto no RMUE) acompanhado de termo de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura e respetiva prova de inscrição do técnico em associação pública de natureza profissional

Livro de obra encerrado, nos termos do art.º 17.º da Portaria n.º 1268/2008, de 6 de novembro

Cópia do título da operação urbanística ao abrigo da qual foram realizadas as obras

Termo de responsabilidade subscrito pelo diretor da obra ou do diretor de fiscalização da obra (deve constar o cumprimento das condições do CE Regime jurídico de segurança Contra incêndios em Edifícios)

Prova de inscrição do técnico responsável pela direção técnica da obra ou direção de fiscalização da obra em associação pública de natureza profissional e da validade da mesma aquando da apresentação do pedido inicial

ou

Termo de responsabilidade subscrito por pessoa legalmente habilitada a ser autor de projeto, nos termos de regime jurídico que define a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela fiscalização e pela direção da obra, caso o requerente queira fazer uso da faculdade concedida pelo n.º 3 do artigo 64.º do R UE

Prova de inscrição do técnico responsável pela direção técnica da obra ou direção de fiscalização da obra em associação pública de natureza profissional e da validade da mesma aquando da apresentação do pedido inicial.

Certificado SCE, no âmbito do Sistema Certificação Energética dos Edifícios

Ficha resumo caracterizadora do edifício e da intervenção realizada, caso se trate de uma habitação, no âmbito do Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação (modelo 2 do anexo da Portaria n.º 349-C/2013, de 2 de dezembro – REH)

Termo de responsabilidade pela execução da rede elétrica, nos termos do artigo 7.º e conforme o artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 96/2017, de 10 de agosto, com atual redação

Comprovativo da inscrição em associação pública de natureza profissional válida ou cartão emitido pela Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG), caso não se encontre inscritos em associação pública profissional

Ficha Eletrotécnica

ou

Declaração/certificado de inspeção, emitido por uma Entidade Inspetora de Instalações Elétricas de Serviço Particular, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 96/2017, de 10 de agosto, com atual redação, no caso de instalações elétricas de tipo A e do tipo C, acompanhado de Projeto simplificado ou Ficha eletrotécnica

ou

Certificado de exploração emitido pela DGEG, no caso de instalações elétricas, emitido nos termos dos artigos 11.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 96/2017, de 10 de agosto, com atual redação, acompanhado de Projeto simplificado ou Ficha eletrotécnica

ou

Termo de responsabilidade elaborado nos termos do n.º 10 do artigo 13.º, do n.º 2 do artigo 63.º e do n.º 3 do artigo 64.º do RJUE, acompanhado de declaração subscrita pelo autor do projeto ou pelo diretor de obra/diretor de fiscalização atestando que tais elementos foram obtidos

ou

Fatura relativa ao abastecimento de energia elétrica

Declaração de conformidade, emitida por Entidade Instaladora de Gás (EI), nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 97/2017, de 10 de agosto, com atual redação, acompanhada de habitação emitida pela DGEG

ou

Declaração/certificado de inspeção emitida por Entidade Inspetora de Gás (EIG), nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 97/2017, de 10 de agosto, com atual redação.

ou

Termo de responsabilidade elaborado nos termos do n.º 10 do artigo 13.º, do n.º 2 do artigo 63.º e do n.º 3 do artigo 64.º do RJUE, acompanhado de declaração subscrita pelo autor do projeto ou pelo diretor de obra/diretor de fiscalização atestando que tais elementos foram obtidos

ou

Fatura relativa ao abastecimento de gás

Termo de responsabilidade pela execução da ITED subscrito por instalador ITED, conforme n.º 1 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 92/2017, de 31 de julho, com atual redação e conforme modelo aprovado pela ANACOM (n.º 3 do artigo 76.º do referido diploma), acompanhado da prova de inscrição do técnico em associação pública de natureza profissional.

ou

Fatura relativa ao abastecimento de telecomunicações.

Certificado de conformidade das instalações eletromecânicas (elevadores e afins)

ou

Termo de responsabilidade elaborado nos termos do n.º 10 do artigo 13.º, do n.º 2 do artigo 63.º e do n.º 3 do artigo 64.º do RJUE, acompanhado de declaração subscrita pelo autor do projeto ou pelo diretor de obra/diretor de fiscalização, atestando que tais elementos foram obtidos.

Avaliação/ensaio acústico.

ou

Termo de responsabilidade elaborado por pessoa legalmente habilitada a ser autor do projeto elaborado nos termos do Regime Jurídico que define a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, relativo à conformidade da obra com o projeto acústico, acompanhado da prova de inscrição do técnico em associação pública de natureza profissional.

ou

Termo de responsabilidade elaborado nos termos do n.º 10 do artigo 13.º, do n.º 2 do artigo 63.º e do n.º 3 do artigo 64.º do RJUE, acompanhado de declaração subscrita pelo autor do projeto ou pelo diretor de obra/diretor de fiscalização atestando que tais elementos foram obtidos.

Pede deferimento,

O/A Requerente

Aos _____

Taxa paga pela guia _____

O/A Colaborador/a _____